

**ARGENTINA, BRASIL E CULTURA POLÍTICA: A DEMOCRACIA E A
VENEZUELA SOB A PERSPECTIVA DOS GOVERNOS MAURICIO MACRI E
MICHEL TEMER (2015-2018)**

Bruno Natan Lima

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

bruno.nlima95@gmail.com

Introdução

Na esteira das acaloradas e inacabadas discussões sobre a democracia venezuelana e as mudanças de cunho político em alguns dos países econômica e politicamente mais importantes da América Latina, este artigo abre mão da difícil tarefa de dissertar sobre tais casos em favor de um trabalho menos ambicioso, mas que, contudo, espera tornar-se fonte de contribuição a pesquisas subsequentes. No dia 10 de dezembro de 2015, à frente do Cambiemos, o argentino Mauricio Macri foi empossado presidente de seu país após vitória eleitoral sobre o justicialista Daniel Scioli. Em agosto de 2016, Michel Temer, cujo partido, PMDB, a pouco havia abandonado a base do governo, foi empossado presidente após o controvertido impeachment de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Tais eventos marcam o fim de mais de uma década de continuidade de governos de centro-esquerda na Argentina e no Brasil.

De forma comparativa, intenta-se lançar luz sobre suas rupturas e continuidades no plano da política externa através da análise de documentos oficiais que nos permitem vislumbrar as noções de democracia apresentadas pelos governos Dilma Rosseff e Michel Temer, no caso do Brasil, e Cristina Kirchner e Mauricio Macri, no caso da Argentina. Nosso recorte privilegia a documentação de cunho diplomático que discorre, de forma exclusiva ou em caráter secundário, sobre a relação política destes países com

a República Bolivariana da Venezuela, enfatizando noções sobre democracia passíveis de apreensão. O universo documental do qual nos servimos se encontra disponível nos acervos do endereço eletrônico do Itamaraty - o Ministério das Relações Exteriores do Brasil -; do *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto* da Argentina; do Palácio do Planalto; da *Casa Rosada*; e da Secretaria do Mercosul.

No ano de 2012, durante os governos Dilma e Kirchner, a Venezuela tornou-se membro pleno do Mercosul após a suspensão do Paraguai – único membro que impedia sua adesão em virtude da oposição parlamentar – depois do impeachment do então presidente Fernando Lugo, aplicando-se a ele o Protocolo de Ushuaia Sobre Compromisso Democrático no Mercosul, de 1998. Em dezembro de 2016, a Venezuela foi suspensa sob a alegação de não cumprir com alguns dos requisitos técnicos do bloco, sendo novamente suspensa em agosto de 2017, também pela aplicação do Protocolo de Ushuaia, tal qual ocorreu com o Paraguai em 2012. Evitando tratar tais posicionamentos como respostas lógicas e infalíveis do que ocorrera no plano externo, a nossa pesquisa busca seguir os fios do que pode ser também explicado pela Cultura Política dos países analisados, isto é, Argentina e Brasil, além, é claro, do que pode ser compreendido por suas interações diplomáticas. Este artigo, que representa os primeiros passos do que será um longo trabalho, apresenta, portanto, mais a sua problemática, suas fontes e metodologia do que seus resultados, que deverão ser desenvolvidos após uma análise mais minuciosa.

Referencial Teórico-Metodológico

Uma vez que a nossa pesquisa tem como recurso a História Comparada e como recorte a Argentina e o Brasil, isto é, dois países latino-americanos, utiliza-se duas principais referências neste sentido: Repensando a História Comparada da América Latina, artigo da historiadora Maria Ligia Coelho Prado; e o livro Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002) – parceria entre o historiador brasileiro Boris Fausto e o argentino Fernando J. Devoto. Prado, que acredita ser mais proveitoso

comparar o Brasil com outros países da América Latina em virtude das situações sincrônicas bastante semelhantes pelas quais estes são atravessados, de forma que a história de cada qual corre paralelamente às demais (PRADO, 2005, p. 12), dialoga primordialmente com o artigo de Marc Bloch *Pour une histoire comparée des sociétés européennes*, do qual extrai as seguintes lições:

O método comparativo supunha determinados procedimentos, a começar pela escolha de seu objeto. Para Bloch, deviam-se escolher dois ou mais fenômenos que parecessem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre eles, em um ou vários meios sociais diferentes; em seguida, descrever as curvas de sua evolução, constatar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explica-las à luz da aproximação entre uns e outros. De preferência, propunha estudar paralelamente sociedades vizinhas e contemporâneas, sociedades sincrônicas, próximas umas das outras no espaço. A leitura criteriosa das bibliografias deveria induzir à formulação de questões e problemas novos, permitindo discernir ‘as influências’ exercidas por uma sociedade sobre a vizinha. Concluía que ‘submetidas, em razão de sua proximidade e de seu sincronismo, à ação das mesmas grandes causas’ seria possível ‘remontar, pelo menos parcialmente, a uma origem comum’. (2009, p. 17-18)

O livro de Fausto e Devoto, por sua vez, possui um caráter menos teórico e algumas de suas análises serão utilizadas mais adiante. Cabe, entretanto, expor aqui algumas de suas considerações. Os autores também se reportam a Marc Bloch, escolhendo, dentre as tipologias comparativas disponíveis, aquela que estuda sociedades próximas no espaço e no tempo, buscando semelhanças e diferenças. Argumentam ainda que a função do historiador está menos na busca de verdades gerais e mais em chamar a atenção para a complexidade (FAUSTO; DEVOTO, 2004, p. 25). De acordo com Fausto e Devoto, uma História Comparada entre Argentina e Brasil atende aos dois requisitos básicos elencados por Bloch: trata-se de “duas sociedades próximas no espaço, cujos processos históricos se desenvolvem no mesmo quadro temporal”. (2004, p. 19).

Admite-se uma vantagem do livro Brasil e Argentina com relação à nossa pesquisa. Seu recorte privilegia um período que se inicia no ano de 1850 e termina em 2002. Seus autores assumem que fatores como a percepção da distinção entre as elites dos dois países, o que é realçado por uma proximidade histórica maior com os “centros políticos e econômicos do Ocidente que entre si”, além da adoção de idiomas oficiais

distintos e economias voltadas ao exterior, tornam “muito pequeno o risco de não se conseguir discriminar o que é específico do que é produto de origens comuns e influências recíprocas”. (2004, p. 20). De acordo com os próprios autores, que publicaram a obra em 2004, tal processo se acentuou significativamente nos anos seguintes:

Como é evidente, todas essas considerações não valem para a nova situação surgida em tempos recentes. Mais ainda, significam quase um contraste com o que está acontecendo agora. O impulso político dado pelas transições democráticas e as demandas geradas pela evidente complementaridade no campo econômico, cultural e acadêmico gerarão muitos intercâmbios e maior colaboração, dos quais o Mercosul é o emblema mais visível. (2004, p. 20)

Pierre Milza, no artigo Política Interna e Política Externa, nos auxilia a pensar a relação entre a disciplina História e as relações internacionais. Milza, que vê a política interna como uma das principais chaves de explicação do jogo internacional, propõe a existência de “modelos externos” reivindicados por “essa ou aquela facção da classe política e da opinião pública”. (MILZA, 2003, p. 373). Tratando-se de um trabalho de História Política, utilizamos ainda como referencial o conceito de Cultura Política tal qual empregado por Serge Bernstein. De acordo com o autor, esta pode ser definida como uma linguagem comum simplificada dos membros de uma formação. Sem correrem o risco de serem incompreendidos, os membros dessa formação – que não se limitam a dirigentes, uma vez que compreendem indivíduos de diferentes formações, com a capacidade ou não de sustentação de uma discussão teórica -, professam determinada ideologia sem que haja a necessidade de exprimi-la de forma explícita. (BERSTEIN, 2003, p. 88-89) Ainda seguindo Bernstein, nos atentamos para a necessidade de análise crítica dos programas e discursos políticos:

Na verdade, entre um programa político e as circunstâncias que o originaram, há sempre uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das idéias e uma linguagem codificadas. É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações. Por isso a mediação política assume o aspecto de uma tradução e, como esta, exibe maior ou menor fidelidade ao modelo que pretende exprimir. É precisamente uma das tarefas do historiador que trabalha com as forças políticas tentar perceber essa distância, fundamental para a

compreensão dos fenômenos históricos, entre a realidade e o discurso. (BERSTEIN, 2003, p. 61)

Brasil

No dia 21 de dezembro de 2015, em seus últimos meses como presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff proferiu um discurso na XLIX Cúpula dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados. Na ocasião, em que parabenizava tanto a Venezuela quanto a Argentina pelas eleições – a primeira marcando a renovação do legislativo em favor da oposição a Maduro e a segunda a vitória de Mauricio Macri, do Cambiemos -, definiu o encaminhamento de tais processos eleitorais como exemplos de “maturidade democrática” na região.

Não podemos nunca esquecer que nossa principal conquista nesse período foi a construção e consolidação da democracia depois de anos de autoritarismo. Ao mesmo tempo, nos últimos anos, esta região do mundo foi a que mais incluiu e a que mais garantiu participação dos nossos povos no desenvolvimento das nossas sociedades. Dois exemplos recentes mostram a nossa maturidade democrática: as eleições na Argentina e na Venezuela demonstraram a capacidade da América Latina de encaminhar suas divergências pelas vias pacíficas do debate e da legalidade, com pleno respeito à vontade popular e ao estado de direito. (ROUSSEFF, 2015)

Não são tantos os discursos de Michel Temer em que abundam críticas à Venezuela nos primeiros meses de seu mandato, o que, como veremos, ficou ao encargo de seus ministros das relações exteriores, José Serra e Aloysio Nunes. Entretanto, em discurso na Sessão Plenária dos presidentes do Mercosul, no dia 21 de julho de 2017, por exemplo, o então presidente acusa o governo Venezuelano de atitudes “incompatíveis com os preceitos democráticos”, dizendo não haver mais espaço para “prisões arbitrárias” e “medidas de repressão política”.

Nós, portanto, no Brasil, nós continuaremos – ao lado do povo da Venezuela pelo restabelecimento irrestrito das liberdades em seu país. Estamos e continuaremos dispostos a unir nossa voz àquela de nossos vizinhos, que reclamam a volta da democracia. (TEMER, 2017).

A mudança de perspectiva no plano diplomático é bem ilustrada pelo contraste entre dois artigos escritos para comemorar o aniversário de 25 anos do Mercosul. No dia

26 de março de 2016, o ministro das relações exteriores da presidenta Dilma Rousseff, Mauro Vieira, publicou um artigo na Folha de S. Paulo intitulado “Os 25 Anos do Mercosul: momento de reconhecer os ganhos”. Em linhas gerais, suas palavras comemoravam os ganhos do Mercosul em diversos planos e respondiam críticas ao bloco, como as que chamavam a atenção para as desvantagens da integração para a realização de acordos bilaterais. Mais a frente, o chanceler assinalou que, “por fim, temos o pressuposto de todas as outras conquistas: a democracia”. O chanceler argumentou ainda que o bloco nasceu do “desejo de superar o autoritarismo” e que, para além dos ganhos citados no documento, seguiria sendo um instrumento de “preservação e aperfeiçoamento de nossas democracias” em seus próximos aniversários. Como “pilares fundamentais da política externa brasileira” e “objetivos permanentes do Mercosul”, colocou-se “mais democracia, mais inclusão social, mais cidadania, maior conhecimento recíproco, maiores facilidades de trânsito, de trabalho e de educação, mais comércio e investimentos”. (VIEIRA, 2016).

No dia 10 de julho de 2016, menos de quatro meses depois da publicação do texto de Mauro Vieira, José Serra, Ministro das relações exteriores de Michel Temer, escreveu para o jornal O Globo um artigo intitulado “25 Anos e Muito Por Fazer”. Nele, a relação entre o Mercosul e a Venezuela teve protagonismo absoluto. Ao contrário de Vieira, que sequer citou a o país andino, Serra demonstrou preocupação com a transmissão da presidência do bloco – que ocorre de forma semestral - do Uruguai para a Venezuela, explicando o pedido de postergação por parte do Brasil em virtude da crise “política, econômica e humanitária” que o país enfrentava. O ministro chamou a atenção para a “difícil superação” de uma realidade de “polarização e acirramento retórico” que seria reflexo dos debates sobre o funcionamento de sua democracia. Citou o conflito entre o Executivo e o Congresso, questionando ainda a “ação do judiciário”.

Evidências de que setores ligados ao governo querem o fechamento da Assembléia Nacional dão a medida da turbulência. Há denúncias de prisões arbitrárias, crescente violência nas ruas e uma gravíssima crise de desabastecimento de alimentos e remédios, que vem castigando duramente a população, sobretudo a mais pobre. O Brasil aposta no diálogo entre as principais forças políticas venezuelanas para o encaminhamento dos impasses. Mas é forçoso reconhecer que, hoje, o cenário é de grande

instabilidade e de falta de vontade política para levar adiante a construção de pontes para uma saída democrática da crise. (SERRA, 2006)

Ainda no tema da democracia, o texto de Serra criticou as circunstâncias da adesão da Venezuela ao Mercosul, em julho de 2012, que, segundo ele, teria se dado através de “circunstâncias exóticas”.

O ingresso de um novo membro exige consenso, mas o Paraguai se opunha à entrada da Venezuela, alegando, com razão, falta de cumprimento de requisitos prévios. Então, sob pretexto de que a demissão do então chefe de governo paraguaio, Fernando Lugo, embora seguindo normas constitucionais, fôra antidemocrática, os demais membros decidiram suspender o Paraguai, artifício que permitiu a adoção precipitada e com base em critérios político-ideológicos, do protocolo que viria a reger a adesão da Venezuela. (SERRA, 2016)

Para o ministro, o protocolo que autorizou a adesão da Venezuela ao Mercosul de forma imediata, prorrogando para quatro anos a obrigação de incorporar o acervo legal do bloco, incluindo a assinatura de tratados que constituíam, na sua visão, “a espinha dorsal do Mercosul comercial”, tornava o país um membro “incompleto” e “inadimplente”. Ao final do artigo, Serra reconheceu a Venezuela como um parceiro importante para o processo de modernização do bloco em virtude de suas potencialidades, ressaltando que “as bases para o nosso desenvolvimento conjunto precisam ser lastreadas em instituições respeitadas, comportamento previsível e regras claras” (2006).

De maneira geral, percebe-se uma relação de continuidade entre o discurso de José Serra e o de seu sucessor, Aloysio Nunes, também filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira, tratando-se dos temas democracia e Venezuela. Apesar do recrudescimento da tensão política que marcou o país andino após o senador assumir o comando do Itamaraty em março de 2017, chama-se atenção para o fato de que sua oposição ao governo Maduro já era conhecida quando Nunes era senador pelo Estado de São Paulo. Em junho de 2015, integrou uma comitiva de políticos brasileiros de oposição ao governo Dilma Rousseff - incluindo o então senador Aécio Neves, de seu partido, que foi derrotado nas eleições de 2014 – em direção à Caracas no intuito de prestar apoio aos que entendiam serem presos políticos do governo venezuelano. Em

seu discurso de posse no Itamaraty, Aloysio Nunes ilustrou bem o tom da diplomacia brasileira para com a Venezuela até o fim do governo Michel Temer:

Não posso deixar de lembrar a preocupação, cada vez mais presente, com a escalada autoritária do governo venezuelano, que nos últimos anos esteve presente entre os grandes temas em debate. A nossa posição frente à Venezuela é emblemática do papel que queremos desempenhar na América Latina e no mundo. Nossa solidariedade irrestrita com aqueles que lutam pela liberdade nesse país irmão é a reafirmação do princípio constitucional da prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais do Brasil democrático. (NUNES, 2017)

No mesmo discurso, o novo ministro disse querer uma Venezuela, tratada como “país irmão”, democrática, sem “presos políticos e com respeito à independência dos poderes”, dizendo ainda desejar que esta encontrasse novamente o “caminho do progresso para o bem da sua gente”. Neste sentido, fica evidente a convergência com o discurso de José Serra e o contraste com a postura de Mauro Vieira já citada anteriormente. A discrepância é marcante. Se nos tempos de Dilma Rousseff havia uma amigável relação diplomática entre os dois países, os ministros de Temer adotaram logo uma postura abertamente crítica ao governo venezuelano. O ataque aos direitos humanos e a preocupação com relação a sua institucionalidade democrática se colocam como os principais argumentos a favor da nova política de vizinhança.

Argentina

No caso da Argentina, a mudança de discurso com relação à Venezuela entre os governos Cristina Kirchner e Mauricio Macri é significativa. Da parte do governo Kirchner, podemos citar o discurso proferido na VII Cúpula das Américas, no qual a presidenta argentina saiu em defesa do governo de Nicolás Maduro e criticou longamente os Estados Unidos da América pelo decreto que considerava o país andino uma ameaça à segurança dos americanos. A presidenta disse que confessou aos colegas achar que se tratava de um erro e que, ao descobrir estar enganada, se colocou a rir ao invés de pensar em uma resposta “anti-imperialista”. “inverossímil” e “quase beirando ao ridículo” foram alguns dos adjetivos usados para descrever a possibilidade da

Venezuela ou qualquer país do continente americano representar qualquer ameaça para a segurança dos Estados Unidos, argumento que ela sustentou com alguns dados comparativos do orçamento militar do qual cada país dispõe. Em dado momento, procurando o presidente Barack Obama na plateia e não o encontrando, Kirchner disse saber que este era frequentemente encurralado pelos setores mais reacionários da política, e que deveria ter encontrado outra forma de enfrentar a Venezuela se assim desejasse.

Utilizando a história – da qual disse gostar - para legitimar suas palavras, a presidenta lembrou os momentos em que, pela “terceirização dos golpes através das forças armadas de cada país”, os Estados Unidos desestabilizaram e derrubaram governos democráticos, dos quais Salvador Allende e Jacobo Árbenz seriam talvez os casos mais emblemáticos. Em analogia com o presente, citou o que denominou de “golpes suaves”, que seriam formas mais sutis de interferir em governos latino-americanos através dos “meios massivos de comunicação multinacionais, denúncias falsas e associações caprichosas de Estados com outros Estados”. Mais “sutis e sofisticadas”, teriam sua origem em ONGS que lutam pela liberdade e pelos direitos humanos, além de outras causas louváveis que disse também compartilhar, e que cujo financiamento, entretanto, seria desconhecido, enquanto há sempre a disposição à “denúncias esotéricas” que não se comprovam e têm como consequência a desestabilização dos governos da região que “mais tem feito pela equidade, pela educação e pela inclusão social”.

Yo creo en las palabras de los que dicen que quieren un mundo más justo, donde los chicos vayan al colegio, donde todos tengan derechos, donde puedan estudiar, donde haya salud. Pero entonces, ¿por qué se combate y de tilda de populistas precisamente a los gobiernos que en América del Sur, que en la América latina, han sido los que mayores logros en materia de derechos humanos, de equidad, de inclusión, de educación, de salud han logrado? ¿Por qué apoyaban o apoyan a gobiernos que plantean políticas neoliberales que excluyen ciudadanos? ¿O por qué combaten a los gobiernos que por allí pueden tener diferencias y es lógico que las haya, pero que podemos mostrar certificado de haber sido en esta década los que más compatriotas hemos incluido y le hemos robado al hambre, a la miseria y a la pobreza? (KIRCHNER, 2015)

A postura de Maurício Macri, logo no início de seu mandato, é sensivelmente diferente, o que pode ser percebido pelo discurso que proferiu na reunião da Cúpula do Mercosul, no dia 21 de dezembro de 2015. Por um lado, o novo presidente, que colocou a “institucionalidade, a qualidade democrática e o respeito aos direitos humanos” como compromissos da instituição após apontar a redução da pobreza e o combate ao narcotráfico, disse ter visto com “agrado a vocação de assumir o resultado eleitoral que teve como protagonista a sociedade venezuelana”, pedindo ainda prudência por parte da oposição nos comícios. Por outro lado, pediu pela “pronta libertação dos presos políticos na Venezuela”, alegando não poder haver lugar para “perseguição política por razões ideológicas nem a privação ilegítima da liberdade por pensar diferente” entre os países do Mercosul. Macri seguiu o discurso com sua definição de democracia:

Mi visión sobre la democracia va mucho más allá que acudir a las urnas cada cierta cantidad de tiempo, la democracia es una forma de vida, un pacto de convivencia entre personas que piensan distinto, es una manera de cuidar a la gente y de procesar los disensos para hacer las cosas mejor, porque esa es la diversidad en que nos enriquecemos. (MACRI, 2015)

Sua fala amistosa sobre o tema seguiu pedindo “um pouco mais de democracia”. Citando as ditaduras e os governos militares do século XX como um passado que felizmente foi superado, Macri disse que o século XXI pede mais “audácia e compromisso com uma nova democracia, mais participativa, mais inclusiva”.

Considerações Finais

Algumas considerações podem ser extraídas desta breve exposição preliminar de nossas fontes. Como pudemos observar, não são poucos, entre Argentina e Brasil, os pontos passíveis de comparação. As duas nações assistem ao fim de regimes militares na década de 1980, políticas de cunho liberalizante com Carlos Menem e Fernando Henrique Cardoso na década de 1990 e a ascensão de governos de esquerda no primeiro decênio do novo milênio. Suas diferenças também são significativas. O fracasso argentino na campanha das Ilhas Malvinas impediu que seus militares fossem beneficiados por uma transição negociada com os setores da oposição civil, tal qual

ocorreu no Brasil, passando ainda o país platino por momentos de instabilidade política e econômica muito maiores do que seu vizinho. (FAUSTO; DEVOTO, 2004, p. 453-454)

Da mesma forma, podemos encontrar pontos de convergência e de desencontro entre os discursos dos governos Cristina Kirchner e Dilma Rousseff e Mauricio Macri e Michel Temer. No caso de Kirchner e Dilma, a Venezuela faz parte de um contexto de ganhos democráticos para a América Latina, no geral, e em projetos conjuntos como o Mercosul, em particular. Por outro lado, os investimentos venezuelanos na Argentina marcam uma proximidade maior entre o governo Kirchner e o país andino, ambos caracterizados por um discurso anti-imperialista que se faz pouco presente no contexto brasileiro (MAZZINA; CAMBEL, 2018, p. 195) . Nas gestões Macri e Temer, por sua vez, predomina desde cedo um discurso crítico ao governo de Nicolás Maduro que se aprofundará com o tempo, sendo este objeto para o desenvolvimento de uma análise mais aprofundada conforme o desenrolar desta pesquisa.

Fontes:

FERREIRA, Aloysio Ferreira. **Texto-base para o discurso de posse do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira** – Palácio Itamaraty, 7 de março de 2017. 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/15828-texto-base-para-o-discurso-de-posse-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-aloysio-nunes-ferreira-palacio-itamaraty-7-de-marco-de-2017>>. Acesso em: 21 set. 2018.

KIRCHNER, Cristina Fernandes de. **VII Cumbre de las Américas**: palabras de la Presidenta de la Nación. 2015. Disponível em: <<https://www.casarosada.gob.ar/informacion/archivo/28559-vii-cumbre-de-las-americas-palabras-de-la-presidenta-de-la-nacion>>. Acesso em: 21 set. 2018.

LULIA, Michel Miguel Temer. **Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Sessão Plenária dos Senhores Presidentes dos Estados Membros do Mercosul, Estados Associados, México e Convidados Especiais** – Mendoza/Argentina, 21 de julho de 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/16889-discurso-do>>

presidente-da-republica-michel-temer-durante-sessao-plenaria-dos-senhores-presidentes-dos-estados-membros-do-mercosul-estados-associados-mexico-e-convidados-especiais-mendoza-argentina-21-de-julho-de-2017>. Acesso em: 21 de set. 2018.

MACRI, Mauricio. **Palabras del Presidente en la Cumbre del Mercosur, en Paraguay**. 2015. Disponível em: <<https://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos/35112-palabras-del-presidente-en-la-cumbre-del-mercosur-en-paraguay>>. Acesso em: 21 set. 2018.

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião da XLIX Cúpula dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados** – Assunção, 21 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/12776-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-xlix-cupula-dos-estados-partes-do-mercosul-e-estados-associados-assuncao-21-de-dezembro-de-2015>>. Acesso em: 21 set. 2018.

SERRA, José. **Vinte e cinco anos e muito por fazer** (O Globo, 10/07/2016). 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-artigos/14420-vingte-e-cinco-anos-e-muito-por-fazer-o-globo-10-07-2016>> Acesso em: 21 set. 2018.

VIEIRA, Mauro Luiz Lecker. **Os 25 anos de Mercosul: momento de reconhecer os ganhos** (Folha de S. Paulo, 26/03/2016). 2016. <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-artigos/13627-os-25-anos-de-mercosul-momento-de-reconhecer-os-ganhos-folha-de-s-paulo-26-03-2016>>. Acesso em: 21 set. 2018.

Bibliografia:

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Mercosul: Antecedentes, desenvolvimento e crise – Uma avaliação analítico descritiva do período 1986-2002. **Impulso** nº 31, p. 10-46, 2002.

_____. O desenvolvimento do Mercosul: Progressos e limitações. Publicado em duas partes na revista **Espaço da Sophia** (ISSN: 1981-318-X; Parte 1: Ano 5, n. 43, julho-setembro 2011, p. 63-79; Parte 2: Ano 5, n. 44, outubro-dezembro 2011, p. 143-170).

BARBIERO, A; CHALOULT, Y. O Mercosul e a nova ordem econômica internacional. In: FREIRE, Silene de Moraes (Org.). **Mercosul em debate: desafios da integração na América Latina**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 13-40.

BECKER, Jean-Jacques. A Opinião Pública. In: RÉMOND, René (Org.). **Por Uma História Política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 185-205.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René (Org.). **Por Uma História Política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 57-98.

_____. A Cultura Política. In: RIOUX, J-P; SIRINELLI, J-F. **Para Uma História Cultural**. Lisboa: Editora Estampa, 1998. p. 349-363.

BOBBIO, Norberto. Democracia. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G (ORGS.) **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen C, Varriale et ai.:. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Vol 1. P. 319-329. Tradução de: Dizionário di Política.

CHAUVEAU, A; TÉTART, P. Questões Para a História do Presente. In: CHAVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe (Orgs.). **Questões para a História do Presente**. Bauru: EDUSC, 1992. p. 8-37.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

FREIXO, A; RISTOFF, T. Democracia e integração regional: A experiência do Mercosul. **Agenda Social. Revista do PPGPS/ UENF**. Campos dos Goytacazes, v.2, n.1, p. 32-47, jan-abr. 2008.

HOFFMANN, Andrea Ribeiro. As Organizações Regionais e a Promoção e Proteção da Democracia: reflexões a partir das práticas de intervenção democrática na América do Sul. **Caderno CRH**, Salvador, V. 29, n. SPE 03, p. 47-57, 2016.

LIMA, Bruno Natan. **Democracia e Direitos Humanos no Âmbito do Mercosul: Política, Diplomacia e Integração Regional (1991-2013)**. 2017. 80 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

MACIEL, Natalia Regina Avila. **Velhas Raposas, novos Governistas: O PMDB e a democracia brasileira**. 2014, 226 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MAZZINA, C; CAMBEL, M. G. Continuidades y cambios de la política exterior del kirchnerismo y el gobierno de cambemos. **Postdata**. Vol 23, Nº 1, p. 181-212, 2018.

MONTE, Deborah Silva do; ANASTASIA, Fátima. Cláusula Democrática do Mercosul: Indefinição conceitual e uso estratégico. **Rev. Sociol. Polit.**, vol. 25, n. 62, p. 11-36, Jun. 2017.

MILZA, Pierre. Política Interna e Política Externa. In: RÉMOND, René (Org.). **Por Uma História Política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 365-399.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. **Revista de História**, São Paulo, v. 2, n. 153, p. 11-33, 2005.

PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René (Org.). **Por Uma História Política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 295-330.

RÉMOND, René. O Retorno do Político. In: CHAVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe. (Orgs.) **Questões para a História do Presente**. Bauru: EDUSC, 1992. p. 51-60.

_____. Uma História Presente. In: RÉMOND, René (Org.). **Por Uma História Política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 13-36.

_____. Do Político. In: RÉMOND, René (Org.). **Por Uma História Política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 441-450.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se Fazer Uma História do Presente? In: CHAVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe. (Orgs.). **Questões para a História do Presente**. Bauru: EDUSC, 1992. p. 39-50.

_____. A Associação em Política. In: RÉMOND, René (Org.). **Por Uma História Política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 99-139.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática Contemporânea Como Fundamento Metodológico da Identificação de Tipologia Documental de Arquivos**. Tese (Doutorado em História Social). 2008. 258 f. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SARAIVA, Miriam Gomes. Brasil e Argentina no decênio de 1990: uma década de política externa. In: FREIRE, Silene de Moraes. (org.). **Mercosul em debate: desafios da integração na América Latina**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 61-77.

SARAIVA, M. G; BRICEÑO RUIZ, J. Argentina, Brasil e Venezuela: As diferentes Percepções Sobre a Construção do Mercosul. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 52, n. 1, p. 149-166, 2009.

STURARO, G. W. S; FROTA, A. F. M. A Suspensão do Paraguai e a Entrada da Venezuela: Implicações para o Regime de Defesa Coletiva da Democracia no Mercosul. **Revista Conjuntura Austral**. Vol. 3, nº 13, p. 45-53, Ago-Set. 2012.

WINOCK, Michel. As ideias Políticas. In: RÉMOND, René (Org.). **Por Uma História Política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 271-294.

